



RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS PILAR 3 SCANIA BANCO S.A.

Circular BACEN 3.678/13

1º Trimestre – 2017

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	5
2.1. Organograma	5
2.2. Responsabilidades na Gestão dos Riscos	5
3. RISCO DE CRÉDITO	7
3.1. Gestão do Risco de Crédito	7
3.2. Processo de Monitoramento	7
3.3. Garantias	8
3.4. Modelagem de Rating - GCRM	8
3.5. Informações adicionais da Carteira de Crédito.....	9
4. RISCO OPERACIONAL.....	13
4.1. Cálculo de Capital Regulatório	14
4.2. Plano de Continuidade de Negócios (PCN)	14
5. RISCO DE MERCADO.....	15
5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE MERCADO	16
5.2. PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO DE MERCADO.....	16
5.3. DEFINIÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS.....	18
6. RISCO DE LIQUIDEZ	19
6.1. Definição de Risco de Liquidez	19
6.2. Estratégia de Gerenciamento do Risco de Liquidez	19
6.3. Fontes de Captação	19
6.4. Concentração de Vencimentos.....	19
6.5. Gestão e Monitoramento do Risco de Liquidez	20



7. GERENCIAMENTO DE CAPITAL	20
7.1. COMO O SCANIA BANCO PLANEJA E GERENCIA O CAPITAL.....	21
7.2. INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA E ÍNDICE DE BASILÉIA	22
8. BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL	23
9. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	23
10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DA GESTÃO DE RISCOS	23
11. BASE NORMATIVA	24
12. ANEXOS.....	26
ANEXO I - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR) E INFORMAÇÕES SOBRE A ADEQUAÇÃO DO PR.....	26
ANEXO II - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	29
ANEXO III - RESUMO COMPARATIVO ENTRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS E RAZÃO DE ALAVANCAGEM	30
ANEXO IV - MODELO COMUM DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A RAZÃO DE ALAVANCAGEM.....	30



1. INTRODUÇÃO

O Scania Banco iniciou suas operações em Novembro de 2009, com o objetivo de fornecer produtos e serviços financeiros exclusivamente aos clientes da Scania no Brasil. Nosso perfil de clientes é o do setor de transportes, principalmente rodoviários, que optaram pela aquisição de um produto diferenciado. Nosso principal meio de captação de negócios é através do plano de produção e vendas da Scania Latin América Ltda, o qual é alimentado pela Rede de Concessionários Scania e com o qual o Scania Banco desenvolve seu plano estratégico anual de negócios. Contamos com um grupo de representantes comerciais próprios, adequado ao volume de negócios operado pela instituição, residentes em pontos-chave do território nacional, os quais são responsáveis por todo o trâmite que envolve a prospecção de clientes, coleta e despacho da documentação de crédito.

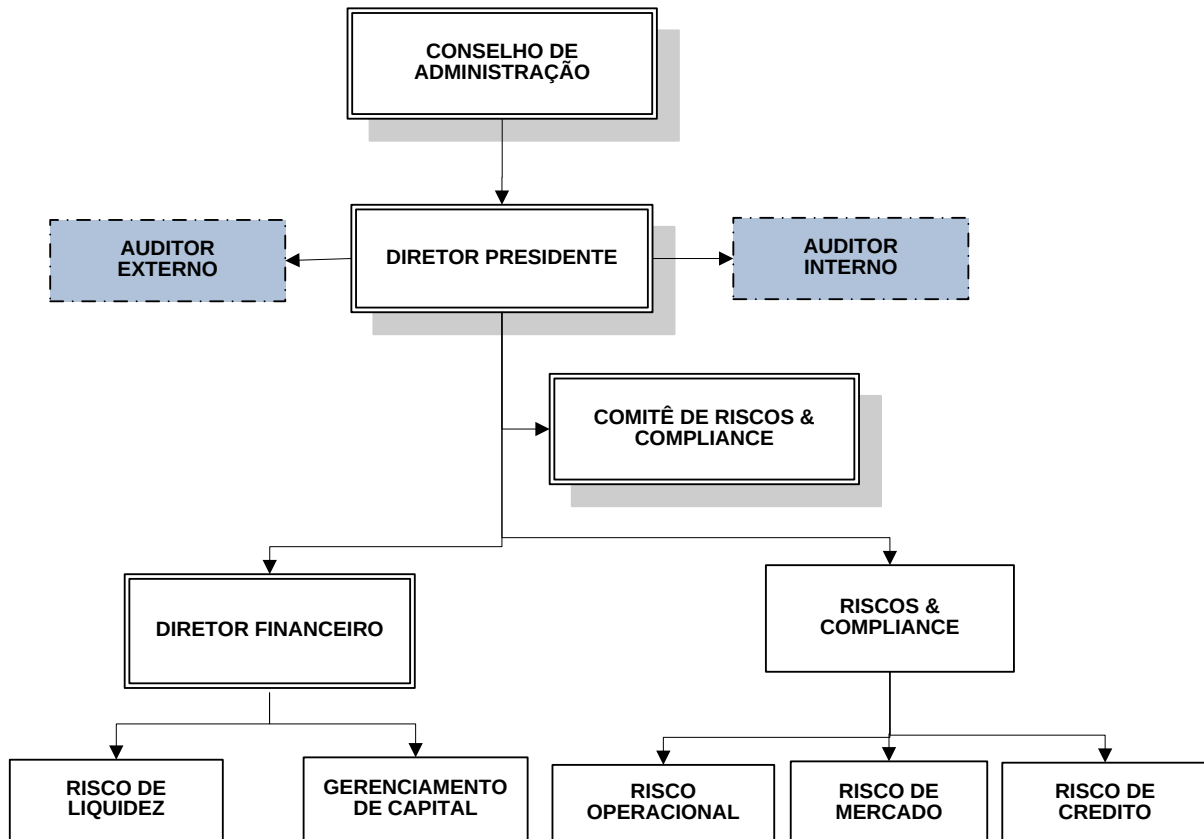
Em atendimento à Circular BACEN 3.678/13, o objetivo deste relatório é divulgar as ações do Scania Banco no que se refere às suas políticas, metodologias, procedimentos e instrumentos mitigadores da sua Gestão de Riscos, com base no Pilar 3 da Basileia III – Disciplina de Mercado.

No Scania Banco, o Gerenciamento dos Riscos é pautado por meio de políticas, processos e relatórios condizentes com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, tendo como suporte as melhores práticas de Governança Corporativa e do departamento de Riscos e Compliance. A estrutura implementada é proporcional à dimensão da exposição de risco do banco, que permite mensurar e controlar os riscos inerentes à operação.



2. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

2.1. Organograma



2.2. Responsabilidades na Gestão dos Riscos

2.2.1. Conselho de Administração

- Revisar e aprovar, anualmente, as políticas de Gerenciamento de Riscos da instituição.

2.2.2. Comitê de Riscos e Compliance

Reúne-se trimestralmente, ou mediante solicitação, com a finalidade de:

- Assegurar o cumprimento das políticas/diretrizes de gerenciamento de riscos;
- Estabelecer os limites de exposição conforme os tipos de riscos;
- Garantir um processo e ferramentas de gerenciamento de riscos efetivos;
- Acompanhar os trabalhos das Auditorias (Interna e Externa) relativas a gestão de riscos;



- Reportar ao Conselho de Administração quanto às atividades do Comitê, estratégias adotadas, posições de riscos e capital alocado.

2.2.3. Diretorias (Diretor Presidente e Diretor Financeiro)

- Definir modelo de gestão, apresentar ao Comitê e implementar as diretrizes e procedimentos adotados no gerenciamento de riscos, visando atender às disposições do Banco Central do Brasil;
- Revisar periodicamente, no mínimo uma vez por ano, as políticas de gestão de riscos e adequá-las ao cenário atual;
- Identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos inerentes à instituição;
- Atentar-se às concentrações de risco e, sempre que necessário aplicar a devida alocação de capital conforme risco assumido.

2.2.4. Riscos e Compliance:

- Acompanhar a execução de planos de ação acordados nos relatórios dos auditores interno e externo;
- Assegurar a existência de políticas e procedimentos associados às áreas operacionais;
- Zelar pela boa utilização, manutenção e guarda dos bens patrimoniais;
- Monitorar e manter atualizados os controles identificados na matriz de riscos e controles da instituição;
- Estimular a eficiência operacional;
- Assegurar o cumprimento das regulamentações, legislações, normas internas e o Código de Conduta e Ética;
- Disseminar na organização uma cultura de gestão de risco operacional e de controles internos.

2.2.5. Auditores Internos (Terceirizado)

- Avaliar os processos e testar os controles constantes na matriz de riscos e controles;
- Garantir a conformidade com as políticas internas e órgãos reguladores;
- Agir como consultores e orientar a instituição quanto às melhores práticas de mercado quando da avaliação dos sistemas de controles internos e estrutura de gestão de riscos.

**2.2.6. Auditores externos:**

- Monitorar e validar os processos que impactam nas Demonstrações Financeiras do banco.

3. RISCO DE CRÉDITO

A Resolução 3.721/09 define Risco de Crédito como “a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.”

3.1. Gestão do Risco de Crédito

A estrutura do gerenciamento do risco de crédito do SCANIA BANCO complementa os procedimentos descritos na Política de Crédito e Cobrança, que estabelece as etapas a serem seguidas para a aprovação dos limites de crédito aplicáveis a cada cliente, sendo que a Política de Risco de Crédito procura tratar do gerenciamento do risco advindo da carteira de operações da instituição, tentando antecipar e funcionar como um radar à Diretoria Executiva sobre riscos de crédito de forma individual e agregada.

O SCANIA BANCO tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito. Para tanto, a instituição financeira prioriza negócios mais seguros, visando construir uma carteira com ativos de qualidade, de rentabilidade e com baixo índice de perdas.

O banco busca operar com clientes (Pessoa Física ou Jurídica) de boa reputação, boas perspectivas financeiras, e sempre que possível com o crédito amparado por garantias.

A norma de concessão e de decisão de aprovação de crédito do SCANIA BANCO encontra-se disponível em documento próprio, *Política de Crédito & Cobrança*, no Sistema de Controles Internos (SCI) com acesso a todos os colaboradores.

3.2. Processo de Monitoramento

A etapa de monitoramento das operações de crédito consiste em atividades de controle e acompanhamento da evolução das operações de crédito, até o momento de sua liquidação.



O processo de monitoramento é realizado periodicamente por meio da revisão de crédito e levando em consideração o parecer do próprio responsável pelo relacionamento comercial, de forma a alterar a qualidade do crédito concedido.

As principais atividades do processo de monitoramento da instituição estão descritas a seguir:

- ✓ Monitoramento das condições financeiras dos clientes;
- ✓ Controle sobre os limites;
- ✓ Controle sobre a cobrança (adimplência do cliente);
- ✓ Análises sobre a evolução dos atrasos, renegociações, acordos e prejuízos (quando houver);
- ✓ Monitoramento da carteira (distribuição dos produtos de crédito por *rating*, por setores econômicos e de atividade, por região geográfica e representantes de vendas,); e
- ✓ Análise da perda potencial da carteira de crédito.

3.3. Garantias

Os contratos são garantidos por alienação fiduciária do bem. No momento da concessão de crédito é avaliada a necessidade de garantia adicional na operação, como por exemplo aval pessoal dos sócios, trava de recebíveis, hipotecas, etc.

O monitoramento da carteira de clientes é feita através de relatórios gerenciais que avaliam a exposição, concentração, mudança na avaliação do risco de crédito (*rating*) e estresse a fim de constar as metodologias aplicadas.

3.4. Modelagem de Rating - GCRM

O Scania Banco segue um modelo de classificação de risco por cliente alinhado as melhores praticas das financeiras do grupo e com o da matriz sueca Scania Finance Holding.

O GCRM (*Global Credit Rating Model*) é uma ferramenta que permite visualizar o nível de risco para cada cliente avaliado e quantifica a exposição ao risco de cada transação. Em atendimento a Basileia III, o BACEN estabeleceu normas para classificação a serem observadas durante o processo de avaliação de crédito. O GCRM está em conformidade com as normas, pois são 07 níveis de classificação padronizados e uniformes, estabelecendo uma correlação entre os dois modelos de *rating*, como segue:

RATING MODEL - GCRM



	GCRM	BCB	Provisions	Arrears / Default
non-Default	1	AA	0,00%	no delays
	2	A	0,50%	
	3	B	1,00%	(delay > 15 days)
	4			
	5	C	3,00%	(delay > 31 days)
	6	D	10,00%	(delay > 61 days)
	7			
Default	8	E	30,00%	(delay > 91 days)
		F	50,00%	(delay > 121 days)
	9	G	70,00%	(delay > 151 days)
		H	100,00%	(delay > 180 days)

Os ratings, em conjunto com a escala da Resolução CMN 2.682 de 21 de dezembro de 1999 (“Resolução 2.682/99”), suportam o levantamento da provisão para devedores duvidosos e fornecem uma fotografia do risco de crédito assumido pelo SCANIA BANCO de forma agregada, iniciando dos valores de risco mínimo (“AA”) para os de maior risco (“H”).

O conceito de Perda Esperada no Scania Banco está alinhado com as definições de provisão da referida resolução.

Tal informação é transmitida ao Banco Central do Brasil para alimentar o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR, sucessor da Central de Risco de Crédito.

O modelo de decisão de crédito também considera informações adicionais de ferramentas restritivas internas e externas (Serasa, CCF, SPS e Bacen), confirmação de renda (verificação da capacidade de pagamento) e endereço.

A correta formalização das operações de crédito é responsabilidade do Departamento de Formalização do SCANIA BANCO que deve assegurar que as condições aprovadas pelo Comitê de Crédito sejam refletidas nos documentos assinados pelo cliente ou representante com poderes para tal ação.

3.5. Informações adicionais da Carteira de Crédito

Quadro 1 - Exposição por Modalidade e Região Geográfica

Em R\$ Mil



	set/16	dez/16	mar/17
Por Modalidade			
Pessoa Física			
CDC/Leasing de Veículos	2.932,52	3.470,75	4.601,82
Repasse/Finame	19.783,42	18.158,06	16.227,82

Pessoa Jurídica			
CDC/Leasing de Veículos	100.710,95	113.750,39	113.637,45
Repasse/Finame	1.436.542,18	1.403.021,82	1.386.728,63
Vendor	19.310,59	42.260,59	37.752,28
Por Região Geográfica			
NÃO INFORMADO	486,50	617,90	1.378,16
SUL	654.868,32	650.953,30	646.400,06
SUDESTE	521.478,08	540.846,63	522.455,17
NORTE	85.557,02	86.132,48	92.019,83
CENTRO-OESTE	184.217,99	171.460,51	166.313,67
NORDESTE	132.671,74	130.650,79	130.381,12
Total de Exposições	1.579.279,66	1.580.661,62	1.558.948,01

Média do Trimestre	1.583.431,08	1.578.628,94	1.566.454,35
--------------------	--------------	--------------	--------------

Quadro 2 - Exposição por Setor Econômico

Em R\$ Mil

	set/16	dez/16	mar/17
Agricultura	365.599,50	337.545,55	325.970,33
Alimentos	267.789,38	283.274,41	303.881,20
Construção Civil	121.367,29	123.758,05	119.739,23
Indústria	142.553,63	147.693,74	147.623,96
Outros	35.513,25	66.221,65	70.792,81
Papel e Celulose	37.211,13	35.544,59	31.655,19
Petroquímico	182.280,20	193.588,95	190.225,74
Serviços Públicos	4.699,69	5.649,91	5.016,31
Transporte de Carga em Geral	306.607,78	273.389,83	247.005,82
Transporte de Passageiros	115.657,81	113.994,94	117.037,41
Total Clientes Varejo	1.537.253,12	1.516.772,21	1.500.366,08
Pessoa Física	22.715,94	21.628,81	20.829,65
Total a Concessionários	19.310,59	42.260,59	37.752,28
Vendor	19.310,59	42.260,59	37.752,28
Total de Exposições	1.579.279,66	1.580.661,62	1.558.948,01



Quadro 3 - Exposição por Modalidade e Por Região Geográfica

Em R\$ Mil

	SUL	SUDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NÃO INFORMADO	Total
Pessoa Física							
CDC/Leasing de Veículos	1.167,36	1.859,56	347,89	393,65	701,85	131,51	4.601,82
Repasse/Finame	5.794,46	6.065,55	510,99	2.848,11	856,02	152,70	16.227,82
Pessoa Jurídica							
CDC/Leasing de Veículos	53.029,48	35.428,88	4.003,81	2.221,01	18.679,36	274,91	113.637,45
Repasse/Finame	566.498,17	475.101,43	81.229,44	159.150,35	103.930,19	819,04	1.386.728,63
Vendor	19.910,59	3.999,74	5.927,70	1.700,55	6.213,69		37.752,28
Total de Exposições	646.400,06	522.455,17	92.019,83	166.313,67	130.381,12	1.378,16	1.558.948,01

Quadro 4 - Exposição por Modalidade e Contratos por Prazos a Decorrer

Em R\$ Mil

	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Pessoa Física					
CDC/Leasing de Veículos	172,88	265,88	4.163,06		4.601,82
Repasse/Finame	229,49	532,15	15.466,18	-	16.227,82
Pessoa Jurídica					
CDC/Leasing de Veículos	24.466,21	27.226,14	61.945,10		113.637,45
Repasse/Finame	16.408,84	55.877,99	1.286.273,61	28.168,19	1.386.728,63
Vendor	37.752,28				37.752,28
Total de Exposições	79.029,70	83.902,17	1.367.847,95	28.168,19	1.558.948,01

Quadro 5 - Exposição por Modalidade e Por Setor Econômico

Em R\$ Mil

	Agricultura	Alimentos	Construção Civil	Indústria	Outros	Papel e Celulose	Petroquímico	Serviços Públicos	Transporte de Carga em Geral	Transporte de Passageiros	Total
Pessoa Física											
CDC/Leasing de Veículos	1.838,70	793,58	270,28	411,19		85,49	69,37		1.133,22		4.601,82
Repasse/Finame	3.307,15	1.183,60	846,55	1.096,01	-	1.135,24	1.737,19	-	6.898,96	23,13	16.227,82
Pessoa Jurídica											
CDC/Leasing de Veículos	14.212,41	8.579,82	4.742,10	37.184,69	12.323,21	550,47	12.563,30	66,02	16.256,36	7.159,07	113.637,45
Repasse/Finame	306.612,07	293.324,21	113.880,30	106.451,80	26.650,62	29.883,99	175.855,88	4.950,29	219.264,26	109.855,22	1.386.728,63
Vendor				2.480,27	31.818,98				3.453,03		37.752,28
Total de Exposições	325.970,33	303.881,20	119.739,23	147.623,96	70.792,81	31.655,19	190.225,74	5.016,31	247.005,82	117.037,41	1.558.948,01



Quadro 6 - Tomadores (por CNPJ/CPF)

	mar/16	jun/16	set/16	dez/16	mar/17
100 Maiores Tomadores	0,32	0,33	0,36	0,37	0,38
50 Maiores Tomadores	0,24	0,25	0,27	0,27	0,29
10 Maiores Tomadores	0,11	0,11	0,12	0,12	0,13

Quadro 7 - Faixa de Atraso Por Setor Econômico e Região Geográfica

Em R\$ Mil

	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Setor Economico						
Agricultura	13.241,85	1.409,85	3.298,54	7.211,96	155,63	25.317,83
Alimentos	17.485,69	656,43	3.707,40	2.626,91	191,64	24.668,07
Construção Civil	12.819,52	1.861,47	1.249,97	1.085,62	480,04	17.496,62
Indústria	19.772,59	811,58	185,41	2.869,36	-	23.638,95
Outros	574,88		197,17		-	772,05
Papel e Celulose	2.906,61	146,20		1.903,83	-	4.956,63
Petroquímico	9.396,93	831,09	20.044,63	906,76	282,59	31.462,00
Serviços Públicos	505,59		284,14		-	789,73
Transporte de Carga em Geral	23.997,65	1.429,65	3.654,18	4.363,69	301,53	33.746,70
Transporte de Passageiros	8.897,89		297,60	401,99	-	9.597,48

Por Região Geográfica						
CENTRO-OESTE	20.776,58	433,12	1.887,63	6.291,41		29.388,75
NÃO INFORMADO	152,70		274,91			427,60
NORDESTE	8.731,24	343,67	1.972,55	2.162,38	155,63	13.365,46
NORTE	3.804,70	1.238,23	498,82	1.748,52		7.290,26
SUDESTE	37.614,41	804,05	17.853,92	4.219,39	1.255,80	61.747,56
SUL	38.519,59	4.327,18	10.431,21	6.948,43		60.226,41
Total Geral	109.599,21	7.146,25	32.919,04	21.370,13	1.411,42	172.446,05

Quadro 8 - Movimentação das Provisões para Devedores Duvidosos

Em R\$ Mil

	Agricultura	Alimentos	Construção Civil	Indústria	Outros	Papel e Celulose	Petroquímico	Serviços Públicos	Transporte de Carga em Geral	Transporte de Passageiros
Saldo Inicial - Provisão em set/2016	16.555,40	6.301,10	3.852,15	1.894,95	467,19	1.937,80	2.730,71	74,89	13.683,50	2.099,34
Constituição Líquida	5.177,83	708,30	330,14	2.898,46	491,53	965,39	10.681,49	40,69	7.064,70	(37,90)
Baixas para Prejuízo	9.223,72	962,02	838,85	263,32	-	819,45	559,14	-	5.988,17	452,18
Saldo Final - Provisão em mar/2017	12.509,51	6.047,37	3.343,44	4.530,09	958,73	2.083,74	12.853,05	115,58	14.760,02	1.609,26



4. RISCO OPERACIONAL

Conforme definido na Resolução CMN nº 3.380/06 – Art. 2º, o Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas monetárias resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A definição inclui também o risco legal devido à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição financeira.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- ✓ Fraudes Internas;
- ✓ Fraudes Externas;
- ✓ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- ✓ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- ✓ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- ✓ Aqueles que acarretem a interrupção das atividades do banco;
- ✓ Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- ✓ Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição.

O Departamento de Riscos & Compliance do banco é a unidade responsável pelo gerenciamento de risco operacional. Atua de forma independente e segregada da área de Auditoria Interna e reporta-se ao Diretor-Presidente.

O processo para o gerenciamento do risco operacional do banco prevê uma abordagem qualitativa (identificando e analisando riscos, avaliando controles, objetivando a redução das perdas operacionais e à melhoria operacional) e uma abordagem quantitativa (visando mensurar os riscos operacionais para efeito de gestão e futuramente, para alocação de capital).

Considerando a abordagem quantitativa, o Departamento de Riscos & Compliance deve consolidar as perdas existentes no banco numa base de dados interna, classificada conforme os eventos de riscos/perdas e suas respectivas causas. Essa base de dados permite o monitoramento das perdas incorridas, possibilitando a utilização efetiva das informações para gestão. Cabe aos gestores reportarem ao Departamento de Compliance a ocorrência de perdas/riscos operacionais.

**4.1. Cálculo de Capital Regulatório**

Em paralelo às ações de avaliação de ocorrências e desvios operacionais, o SCANIA BANCO, em atendimento a Circular 3.640 de 4 de março de 2013, adota a metodologia Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, para o cálculo da parcela RWAopad, modelo compatível às linhas de negócios da estrutura atual da instituição.

4.2. Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

O Plano de Continuidade do Negócio - PCN tem por finalidade definir estratégias e ações para que o nosso Negócio/Operação não se torne inoperante em um momento de indisponibilidade, ocasionado por qualquer evento não programado ou previsto.

O desenvolvimento do PCN Scania Banco Brasil S/A, SCANIA BANCO, foi baseado na avaliação de seus processos, identificando todos os nossos pontos críticos e/ou vulnerabilidades, dimensionando impactos eventuais, financeiros e/ou institucionais. A Análise de Impacto no Negócio, BIA, norteou a definição do que deve ser considerado crítico.

Portanto, incluem-se no PCN recomendações e orientações voltadas ao restabelecimento de processos imprescindíveis para as operações do SCANIA BANCO.

Dessa forma, o objetivo essencial do PCN é prover a instituição de ações práticas e aplicáveis em situações inesperadas que poderiam causar impacto em nossa operação.

Premissas

Para que o acionamento do plano seja adequado e funcional são observadas as seguintes premissas:

- ✓ O escopo deste Plano é apresentar o conjunto de ações, times e responsabilidades dentro de um cenário de indisponibilidade de acesso a Matriz do Scania Banco.
- ✓ Ao iniciar a execução deste plano, todas as alternativas de restauração do ambiente atual foram esgotadas;
- ✓ Todas as pessoas da Matriz de Contatos (Plano de Comunicação) foram envolvidas;
- ✓ O início da execução deste plano foi devidamente e formalmente autorizada pela Alta Administração;
- ✓ Ao aprovar a execução deste plano de contingência, foi realizada a análise para determinar qual contingência será ativada;



- ✓ Este documento está arquivado na rede, na intranet e em local externo a qualquer um dos sites de contingência contemplados neste plano;
- ✓ A definição de localização do People Center considerou uma distância mínima de 10 Km do endereço da Sede do SCANIA BANCO. A localidade poderá ser considerada também para endereço do Data Center alternativo, no cenário de indisponibilidade do Data Center Principal, mas não é objetivo desse Plano neste momento;
- ✓ Periodicamente, 1 vez ao ano, este Plano deverá ser praticado e revisto de acordo com os resultados verificados nos testes, conforme definido adiante no Cronograma de Testes.

5. RISCO DE MERCADO

De acordo com a Resolução 3.464/2007, publicada pelo Banco Central do Brasil, o Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado, de posições detidas por uma instituição financeira.

O Risco de Mercado na instituição financeira é gerenciado através de métodos e parâmetros ajustados a realidade do mercado bancário nacional e internacional, possibilitando uma tomada de decisão com agilidade, confiança e em concordância com a tolerância de riscos do banco.

O SCANIA BANCO definiu uma estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado mediante políticas internas, limites, controles e procedimentos específicos e compatíveis com mercado de atuação da instituição e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

A área de Riscos e Compliance é a responsável por monitorar e controlar o Risco de Mercado da instituição. Esta área é subordinada localmente à Presidência.

O SCANIA BANCO possui sistemas adequados para a mensuração e controle das exposições ao Risco de Mercado de nossa carteira de forma a garantir sua exposição ao risco.

Este apetite de risco é refletido pelos limites definidos pelo Comitê de Riscos e Compliance.

A atualização ou revisão da política deve ser feita ao menos 1 (uma) vez ao ano ou de forma tempestiva, em função de evento extraordinário pelo responsável da área e submetido a aprovação pelo Conselho de Administração.



5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE MERCADO**Comitê de Riscos e Compliance – SCANIA BANCO S.A.**

Este Comitê é responsável pelas decisões estratégicas referentes à composição e liquidez dos ativos e passivos da instituição, assim como pela aprovação de limites e controle dos riscos de mercado, de crédito, operacional e liquidez da mesma.

O Comitê recebe regularmente relatórios contendo informações relevantes sobre os riscos, além de informações relevantes ao gerenciamento do capital, ativos e passivos e resultados.

Unidade de Risco de Mercado

São responsabilidades da área:

- ✓ Monitorar o Risco de Mercado do banco, inclusive supervisionar políticas e procedimentos apropriados;
- ✓ Estabelecer procedimentos que permitam identificar e mensurar o nível de exposição ao risco de mercado;
- ✓ Trimestralmente, recomendar ao Comitê limites adequados para as exposições máximas da instituição e reportar avaliação da mensuração dos riscos;
- ✓ Observar a implantação de normativos de órgãos reguladores como Banco Central do Brasil, BNDES, BM&F, etc., relacionados à área de risco e avaliar seus possíveis impactos.

Auditoria Interna Terceirizada

Auditoria interna exerce função estratégica no SCANIA BANCO, que prevê no escopo anual cobertura de todas as áreas de riscos significativos do banco, incluindo o teste de avaliação dos sistemas que gerem o Risco de Mercado, conforme previsto na resolução 3.464/2007.

5.2. PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO DE MERCADO**Gestão do Risco de Mercado**

Gestão de Risco de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao Risco de Mercado e otimizar a relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão.



Identificação e Metodologia de Avaliação do Risco de Mercado

As operações de tesouraria do SCANIA BANCO estão essencialmente classificadas como Banking, ou seja, de não negociação, sendo sua carteira de operações ativas composta por operações de crédito e aplicações das “sobras de caixa”; e carteira de operações passivas composta por captações com o BNDES e com bancos comerciais, estes para operações pontuais.

Conforme definido na resolução 4.193/2013, o Scania Banco está exposto ao risco de taxas de juros (RWAJur1), e ao risco do cupom de taxas de juros (RWAJur4), com base na composição de sua carteira ativa e passiva.

É importante salientar que o Scania Banco não possui operações classificadas como carteira de negociação (Trading), ou seja, todas as operações são mantidas até o vencimento do contrato pela instituição (Banking). Exceções podem ocorrer, como por exemplo liquidações antecipadas por motivo de sinistro do veículo, solicitação do cliente por motivos estratégicos do seu negócio, desenquadramentos ao programa do BNDES.

Para a avaliação e controle do Risco de Mercado da carteira Banking, utilizamos a metodologia EVE (Economic Value of Equity), considerada mais apropriada para a avaliação da exposição ao risco uma vez que considera horizontes mais longos.

Teste de Estresse

Teste de estresse é realizado, periodicamente, com o objetivo de mensurar o impacto financeiro de choques nas taxas de juros ao qual o SCANIA BANCO está exposto. Os resultados do teste de estresse devem ser apresentados no Comitê de Riscos e Compliance.

Validação

Visando a qualidade da estrutura de identificação e mensuração do risco de mercado, o SCANIA BANCO aderiu à ferramenta estatística "BackTesting", que possibilita visualizar as diferenças entre as perdas estimadas pelo modelo e as perdas efetivas.

Mensuração e Relatórios de Risco

A finalidade da preparação dos relatórios de Risco de Mercado é prover todas as informações relevantes a todas as áreas relacionadas de forma consistente e oportuna. Toda informação contida nos relatórios de Risco de Mercado tem como objetivo o auxílio no monitoramento e gerenciamento de mitigação de riscos de mercado.

Assim, os principais relatórios disponibilizados, trimestralmente, pela área são:

- a) Relatórios Periódicos de Teste de Estresse;
- b) Análise dos Fatores de Riscos de Taxa Pré Fixada e TJLP.

**Sistemas de Risco**

O Risco de Mercado do SCANIA BANCO é monitorado e controlado pelo sistema RM (Risco de Mercado e Liquidez) da Autbank. Qualquer implementação nova em termos de sistemas é submetida a procedimentos de testes de verificação pelos usuários envolvidos.

A metodologia de cálculo utilizada pelo sistema, EVE, é anualmente validada por terceiros. O RM apura as parcelas de risco de mercado (RWA).

Processo de Controle de limites Gerenciais de Risco de Mercado

O processo é suportado pelo sistema Autbank (Risco de Mercado), cujas principais funções são:

- a captura das posições em todos os fatores de risco relevantes – das operações incluídas na carteira Banking – diretamente dos sistemas legados (basicamente, sistemas que controlam os produtos de ativos e de passivos);
- a busca das informações de valores de mercado diretamente do site do órgão fornecedor BM&F;
- a emissão de relatórios trimestrais de controle e de acompanhamento gerencial;
- a geração automática de arquivos a serem transmitidos aos órgãos reguladores.

Qualquer desvio, extrapolação dos limites serão submetidos pela área de Risco de Mercado ao Comitê de Riscos .

5.3. DEFINIÇÃO DE LIMITES OPERACIONAIS

Os Limites Operacionais para os fatores de risco, definidos com base na Política de Tesouraria do Scania Banco, são:

a. Captações/Investimentos:

- as captações e financiamentos devem estar “casados” em tempos e vencimentos;
- são vedadas operações de “trading” - negociação de swaps, derivativos e títulos públicos;
- Investimentos somente em caso de sobras de caixa e em CDI – Over.

b. Câmbio/Moedas Estrangeiras:



- não é permitida a exposição em moedas ao SCANIA BANCO;
 - as operações de funding externo devem ser sempre garantidas com “hedge”, com o objetivo de não expor a instituição ao risco de variação cambial;
 - os “swaps” de moeda devem ser efetuados exclusivamente para “hedge”.
- c. Commodities/Mercado de Capitais: O Scania Banco não opera nestes segmentos.
- d. Liquidez: o máximo VAR (valor em risco) permitido é de 5% sobre o PL ajustado para as operações nas carteiras ativas e passivas.

6. RISCO DE LIQUIDEZ

6.1. Definição de Risco de Liquidez

Segundo a Resolução 4.090/12 o Risco de Liquidez é definido como “ I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.”

6.2. Estratégia de Gerenciamento do Risco de Liquidez

Com o propósito de manter os níveis de liquidez adequados, o SCANIA BANCO busca manter a qualidade dos seus ativos e um rigoroso controle do Risco de Liquidez. As estratégias empregadas para elaboração das informações, projeções e análises possuem critérios consistentes e passíveis de auditoria, em conformidade com as normas em vigor do Banco Central, Resolução 4.090, e também com as regras internas definidas pela Matriz.

6.3. Fontes de Captação

As principais fontes de captação atualmente estão junto ao BNDES, acompanhando o perfil e estratégia de negócio da instituição, bem como linhas com a matriz (Suécia) e bancos comerciais locais.

6.4. Concentração de Vencimentos

Visando facilitar a gestão de fluxo de caixa, o Scania Banco procura manter uma concentração máxima mensal de vencimentos. A definição deste valor deve se ba-



sear nos resultados das análises do fluxo de caixa futuro compatibilizando os vencimentos de ativos e passivos para evitar um desequilíbrio no fluxo de caixa.

6.5. Gestão e Monitoramento do Risco de Liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez é realizada pelo departamento de Finanças e o monitoramento é feito através de procedimentos e relatórios periódicos, como Previsão de Liquidez Diária e Fechamento, Previsão de Liquidez de 90 dias, Relatório de Risco de Refinanciamento, Teste de Estresse de Liquidez, Plano de Contingência de Liquidez, o que possibilita o acompanhamento dos limites operacionais e análise de cenários futuros pelos gestores para tomada de ação pontual dos gestores.

7. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

De acordo com os padrões globais de gestão de capital e as Leis do Banco Central do Brasil, o SCANIA BANCO considera as 4 seguintes categorias ao monitorar e manter o capital mínimo.

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco Operacional

Além das categorias acima, a instituição considera o seguinte na revisão do nível de capital:

- Alterações normais no tipo e montante de operações bancárias e as flutuações do índice de capital total;
- Custo ao captar caixa em curto prazo;
- Sempre manter o nível de capital mínimo conforme exigido pelo Banco Central;
- Alterações no ambiente econômico que poderiam afetar o Banco ou clientes específicos.

A política se aplica a todo o capital do SCANIA BANCO incluindo empréstimos subordinados.



7.1. COMO O SCANIA BANCO PLANEJA E GERENCIA O CAPITAL

Anualmente, de acordo com a Política de Finanças e a Política de Governança Corporativa da Scania, o SCANIA BANCO prepara no mês de outubro um plano de negócios para o ano seguinte. Esse plano é apresentado na reunião de novembro do conselho do SCANIA BANCO para aprovação. Além disso, em abril de cada ano, o SCANIA BANCO também prepara um plano de três anos para alinhar a trajetória de crescimento do plano anual com a visão estratégica.

Como o SCANIA BANCO é uma empresa de financiamento da Scania, e o crescimento futuro do Banco está diretamente alinhado com a venda de caminhões e ônibus da Scania Brasil, o plano de negócios para o SCANIA BANCO está ligado à venda de caminhões e de negócios baseados no aumento das operações financeiras.

Como observado, os limites de capital são monitorados de perto tanto pela gestão mensal, bem como ao planejar o crescimento futuro da empresa. Isto é feito através do gerenciamento do balanço através da gestão da carteira, do capital, riscos de liquidez, crédito e operacional.

Levando-se em consideração a necessidade de gerenciar e monitorar o crescimento do balanço e os níveis de capital associados, o SCANIA BANCO tem o seguinte processo de controle e gestão incluído nos Comitês de Preço, que ocorre após cada reunião do Copom, onde a comissão discute as necessidades de capital do banco, os preços dos produtos, juntamente com o crescimento planejado do Balanço.

A Scania tem a política de enviar uma previsão ajustada a cada 3 meses para os negócios potenciais dos 12 meses subsequentes. Em linha com essa exigência, as empresas Scania Finance são obrigadas a fornecer uma previsão de volume de novos negócios, crescimento de balancete, aumento da receita, controle de despesas operacionais e controle de provisões para perdas.

Alinhado a isto, o SCANIA BANCO deverá trimensalmente prever o crescimento da carteira e o nível de capital, com vistas a monitorar o nível de capital do SCANIA BANCO regularmente, como exigido pelo Banco Central do Brasil.



7.2. INFORMAÇÕES DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA E ÍNDICE DE BASILÉIA

Em R\$ Mil

APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)					
Conta		jun-16	set-16	dez-16	mar-17
10000	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	327.764	333.077	332.464	327.834
11000	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	271.323	275.856	276.011	276.711
11100	CAPITAL PRINCIPAL	271.323	275.856	276.011	276.711
12000	PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	56.441	57.222	56.453	51.123
12001	Instrumentos elegíveis ao Nível II	56.441	57.222	56.453	51.123
1200101	Autorizados em conformidade com a Resolução 4.192	20.431	21.212	20.443	21.115
1200102	Autorizados com base em normas anteriores à Resolução 4.192	36.010	36.010	36.010	30.008
51000	DISPONIBILIDADES	168	1.159	213	175
52000	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	53.192	51.816	46.924	34.455
53000	TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	481	81.463	77.041	92.739
55000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - FPR 100%	1.545.292	1.527.100	1.523.555	1.495.364
56000	OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - FPR 150%	3.073	2.582	3.661	4.845
57000	OUTROS DIREITOS	77.231	82.706	92.830	118.298
58000	OUTROS VALORES E BENS	10.082	4.633	1.697	3.263
63000	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	67.900	74.422	77.385	85.188
70000	VALOR DO RWAcpad	1.772.917	1.833.630	1.830.756	1.842.063
89000	Valor Total da Parcela Rban	2.252	2.612	2.651	1.965
8900100	Efeito Diversificacao	26,11	51,42	53,29	53,46
8901001	Capital Alocavel - Exposicao ao Fator de Risco Mercado Pre	2.202	2.478	2.461	1.756
8903002	Capital Alocavel - Exposicao ao Fator de Risco Mercado Cupom de Taxa de Juros - TJLP	75,97	185,64	243,20	262,50
90000	ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)	1.997.593	2.082.713	2.079.839	2.106.934
95300	MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A Rban	128.250	124.798	124.429	130.978
96000	VALOR DA MARGEM OU INSUFICIÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (M/I)	158.153	159.194	159.128	156.470
	Índice de Basiléia	16,22%	15,79%	15,78%	15,40%

As informações relativas ao PR e o detalhamento dos instrumentos integrantes do PR de que trata o artigo art.4º da Circular 3.678 se encontram nos Anexos I e II à este documento.



8. BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL

Em reais mil

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 SCANIA BANCO S.A.

	31/12/2016		31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE	1.776.688	PASSIVO CIRCULANTE	1.532.931
Disponibilidades	251	Obrigações por empréstimos e repasses	1.424.171
		Repasses do país-Instituições oficiais	1.424.171
Aplicações interfinanceiras de liquidez	165.210	Outras obrigações	108.760
Aplicações em depósitos interfinanceiros	165.210	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	196
Títulos e valores mobiliários	517	Fiscais e previdenciárias	21.170
Cotas de Fundo de Investimento	517	Dívidas Subordinadas	81.378
		Diversos	6.016
Operações de crédito	1.523.555	Resultado de exercícios futuros	2.971
Operações de crédito - setor privado	1.576.823		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(53.268)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	246.720
Operações de arrendamento mercantil	3.664	Capital	
Operações de arrendamento mercantil - setor privado	3.703	De domiciliados no exterior	200.000
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(39)	Reserva de lucros	46.720
Outros créditos	82.228		
Rendas a receber	14		
Diversos	82.214		
Outros valores e bens	1.263		
Outros valores e bens	1.263		
PERMANENTE	5.934		
Investimentos em controlada	5.598		
imobilizado de uso	37		
Intangível	299		
TOTAL DO ATIVO	1.782.622	TOTAL DO PASSIVO	1.782.622

9. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A única participação societária, Scania Corretora de Seguros Ltda, é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a saber:

- O cálculo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial é realizado mensalmente, com base no balanço patrimonial ou no balancete de verificação levantado na mesma data.

R\$ Mil		
Participação Societária	Valor Contábil	Natureza da Atividade
Scania Corretora de Seguros Ltda.	5.598	Corretora de Seguros

A empresa apresentada é de capital fechado, não negociada em bolsa; não possui preço cotado no mercado, bem como, sem a ocorrência de ganho/perda na venda/liquidação, não realizado, reconhecidos ou não reconhecidos.

10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DA GESTÃO DE RISCOS



O processo de comunicação da gestão dos riscos é feita em base trimestral, adequado à sua estrutura e nível de exposição aos riscos, no Comitê de Riscos e Compliance. Os relatórios de monitoramento e resultados de testes regulatórios são previamente discutidos e analisados com o Corpo Executivo Local, composto pela gerência de TI, Crédito e Cobrança, Finanças, Comercial, Riscos e Compliance, e as decisões/aprovações de limites, implementação de novos procedimentos e discussão de melhorias nos processos de monitoramento são definidos e aprovados durante o Comitê.

Os relatórios apresentam as variações nos últimos 12 meses e desvios inesperados são analisados com mais profundidade.

11. BASE NORMATIVA

Norma	Vigência	Conteúdo
Resolução CMN nº 3.988	30 de junho de 2011	Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento de capital.
Resolução CMN nº 4.090	24 de maio de 2012	Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez
Resolução CMN nº 4.193	01 de março de 2013	Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.
Resolução CMN nº 4.280	31 de outubro de 2013	Dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013
Resolução CMN nº 4.278	31 de outubro de 2013	Altera e revoga disposições da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).
Circular BACEN nº 3.644	04 de março de 2013	Estabelece critérios mínimos para a classificação de operações na carteira de negociação, conforme Resolução 3.464, de 26 de junho de 2007.
Circular BACEN nº	31 de outubro de	Dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do



3.678	2013	montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR)
Resolução CMN nº 3.380	29 de junho de 2006	Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional.
Resolução CMN nº 3.721	30 de abril de 2009	Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito
Resolução 4.194	01 de março de 2013	Altera as Resoluções ns. 3.464, de 26 de junho de 2007, e 3.490, de 29 de agosto de 2007, que dispõem, respectivamente, sobre a implementação de estrutura de gerenciamento de risco de mercado e sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE)



12. ANEXOS

ANEXO I - Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR

Em reais mil

Linha	Descrição Resumida	Valor	Tratamento transitório
CAPITAL PRINCIPAL - INSTRUMENTOS E RESERVAS			
001	Instrumentos elegíveis ao capital principal	238.872.636	0
002	Reservas de Lucro	0	0
003	Outras Receitas e outras Reservas	48.421.236	
005	Participação de não controladores em subsidiárias - Não dedutível do Capital Principal	0	0
006	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	287.293.872	0
CAPITAL PRINCIPAL - AJUSTES PRUDENCIAIS			
007	Ajustes prudenciais relativo a Preço Instr. Financeiros	0	0
008	Ágios pagos na aquisição de investimentos - Expectativa de rentabilidade futura	0	0
009	Ativos intangíveis	1.495.532	0
010	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Encerrados até 31.12.1998	0	0
011	Ajustes relativos ao valor de hedge de fluxo de caixa	0	0
012	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para IF's que usam IRB	0	0
015	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	0	0
016	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal	0	0
018	Valor agregado das participações inf. a 10% do CS, que exceda 10% do CP, desconsiderando deduções específicas	0	0
019	Participações superiores a 10% do Capital Social de assemelhadas	0	0
021	Créditos tributários acima de 10% do CP, desconsiderando deduções específicas	0	0
022	Valor que excede a 15% do Capital Principal	0	0
023	Participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas	0	0
025	Créditos tributários de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros para sua realização	0	0
026	Ajustes Regulatórios	9.086.902	0
026a	Ativo permanente Diferido	2.643.414	0
026b	Investimento em dependência, IF controlada no exterior ou entidade não financeira	6.443.488	0
026c	Instrumentos de captação elegíveis ao CP emitidos por IF aut.func. pelo BC ou IF Exterior - não conglomerado	0	0
026d	Aumento de capital social não autorizado	0	0
026e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	0	0
026f	Depósito para suprir deficiência de capital	0	0
026g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	0
026h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0	0
026i	Destaque do PR	0	0
026j	Outras diferenças residuais de apuração do CP para fins regulatórios	0	0
027	Ajustes regulatórios aplicados ao CP por insuficiência do CC e de Nível II para cobrir deduções	0	0
028	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	10.582.434	0
029	Capital Principal	276.711.438	0



CAPITAL COMPLEMENTAR - INSTRUMENTOS			
030	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	0	0
031	Capital Social	238.872.636	0
032	Passivo	0	0
033	Instrumentos autorizados a compor o CC antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	0
034	Participação de não controladores em subsidiárias do conglomerado, não dedutível do CC	0	0
035	Instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Res. 4.192 de 2013	0	0
036	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	0	0
CAPITAL COMPLEMENTAR - DEDUÇÕES REGULATÓRIAS			
037	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar	0	0
039	Valor agregado das participações inferiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	0	0
040	Participações superiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	0	0
041	Ajustes regulatórios nacionais	0	0
041a	Instrumentos de captação elegíveis ao CC emitidos por IF aut.func. pelo BC ou IF Exterior - não conglomerado	0	0
041b	Participação de não controladores no Capital Complementar	0	0
041c	Outras diferenças residuais de apuração do CC para fins regulatórios	0	0
042	Ajustes regulatórios aplicados ao CC em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	0	0
043	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	0	0
044	Capital complementar	0	0
045	Nível I	276.711.438	0
NÍVEL II - INSTRUMENTOS			
046	Instrumentos elegíveis ao Nível II	21.114.672	0
047	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	30.008.150	30.008.150
048	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	0	0
049	Instrumentos emitidos por subsidiárias antes da Res. 4.192/13	0	0
050	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	0	0
051	Nível II Antes das Deduções	51.122.822	30.008.150
NÍVEL II - DEDUÇÕES REGULATÓRIAS			
052	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II	0	0
054	Valor agregado das participações inferiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	0	0
055	Participações superiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior - não conglomerado	0	0
056	Ajustes regulatórios nacionais	0	0
056a	Instrumentos de captação emitidos por inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	0	0
056b	Participação de não controladores no Nível II	0	0
056c	Outras diferenças residuais de apuração do Nível II para fins regulatórios	0	0
057	Total de deduções regulatórias ao Nível II	0	0
058	Nível II	51.122.822	30.008.150
059	PR (Nível I + Nível II)	327.834.261	30.008.150
060	Total de ativos ponderados pelo risco RWA	2.106.933.969	0
061	Índice de Capital Principal (ICP)	13	



ÍNDICES DE BASILÉIA E ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL			
062	Índice de Nível I (IN1)	13	
063	Índice de Basileia (IB)	16	
064	Requerimento mínimo de Capital Principal, incluindo os adicionais de capital (% dos RWA)	5	
065	Adicional para conservação de capital	0	
066	Adicional contracíclico	0	
068	Capital Principal disponível para suprir o requerimento do Adicional de CP (% dos RWA)	0	0
MÍNIMOS NACIONAIS			
070	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6	
071	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9	
VALORES ABAIXO DO LIMITE PARA DEDUÇÃO (NÃO PONDERADOS PELO RISCO)			
072	Valor agregado das participações inferiores a 10% do CS de assemelhadas a IF não consolidadas	0	0
073	Participações superiores a 10% do CS de assemelhadas a IF não consolidadas	0	0
075	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	0	0
078	Provisões elegíveis ao Nível II relativas a exposições sujeitas ao requerimento de capital - IRB	0	0
LIMITES À INCLUSÃO DE PROVISÕES NO NÍVEL II			
079	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	0	
INSTRUMENTOS AUTORIZADOS A COMPOR O PR ANTES DA RES. 4.192/13 - ENTRE 01/10/13 E 01/01/22			
082	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da Res. 4.192/13	0	0
083	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	0	
084	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da Res. 4.192/13	30.008.150	0
085	Valor excluído do Nível II devido ao limite	0	



ANEXO II - Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

Em reais mil

TIPO	Número da linha	1	2	3
	Característica	Dívida Subordinada	Dívida Subordinada	Dívida Subordinada
CARACTERÍSTICA	Emissor	SCANIA BANCO	SCANIA BANCO	SCANIA BANCO
	Identificador único (ex.: Cusip, Isin ou identificador Bloomberg para colocação privada)	N/A	N/A	N/A
	Lei aplicável ao instrumento	Resolução nº 3.444/07 do CMN	Resolução nº 3.444/07 do CMN	Resolução nº 3.444/07 do CMN
TRATAMENTO REGULATÓRIO	Tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Nível II	Nível II	Nível II
	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	N/A	N/A	N/A
	Elegibilidade para a instituição individual/conglomerado/conglomerado e instituição individual	N/A	N/A	N/A
	Tipo de instrumento	Título	Título	Título
	Valor reconhecido no PR (em R\$ mil, na última database reportada)	21.091	20.920	20.668
	Valor de face do instrumento (em R\$ mil)	30.000	29.100	20.000
	Classificação contábil	31.263	29.672	20.443
	Data original de emissão	15/09/2011	11/05/2012	14/11/2013
	Perpétuo ou com vencimento	C/ Vencimento	C/ Vencimento	C/ Vencimento
	Data original de vencimento	15/09/2021	11/05/2022	14/11/2023
	Opção de resgate ou recompra	Não	Não	Não
	(1) Data de resgate ou recompra (2) Datas de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	N/A	N/A	N/A
	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	N/A	N/A	N/A
REMUNERAÇÃO / DIVIDENDOS	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Remuneração fixa	Remuneração fixa	Remuneração fixa
	Taxa de remuneração e índice referenciado	108% - CDI	109% - CDI	110% - CDI
	Existência de suspensão de pagamento de dividendos	N/A	N/A	N/A
	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatório	Completa discricionariedade	Completa discricionariedade	Completa discricionariedade
	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não	Não	Não
	Cumulativo ou não cumulativo	Cumulativo	Cumulativo	Cumulativo
	Conversível ou não conversível em ações	Não Conversível	Não Conversível	Não Conversível
	Se conversível, em quais situações	N/A	N/A	N/A
	Se conversível, totalmente ou parcialmente	N/A	N/A	N/A
	Se conversível, taxa de conversão	N/A	N/A	N/A
	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	N/A	N/A	N/A
	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	N/A	N/A	N/A
	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	N/A	N/A	N/A
	Características para a extinção do instrumento	N/A	N/A	N/A
	Se extingüível, em quais situações	N/A	N/A	N/A
	Se extingüível, totalmente ou parcialmente	N/A	N/A	N/A
	Se extingüível, permanentemente ou temporariamente	N/A	N/A	N/A
	Se extinção temporária, descrição da situação em que o instrumento volte a ser considerado no PR	N/A	N/A	N/A
	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especifica o tipo de instrumento de ordem imediatamente superior)	N/A	N/A	N/A
	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Não	Não	Não
	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	N/A	N/A	N/A



ANEXO III - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

Item	Valor (R\$ mil)
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.782.622
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	0
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	0
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	0
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	0
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	0
Outros ajustes	10.582
Exposição Total	1.793.204

ANEXO IV - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem

Item	Valor (R\$ mil)
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em	1.949.307
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	10.582
Total das exposições contabilizadas no BP	1.959.890
Valor de reposição em operações com derivativos.	0
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	0
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	0
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades	0
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	0
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	5.560
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	0
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	0
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	0
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	5.560
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	0
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	0
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	0
Nível I	276.711
Exposição Total	1.944.285
Razão de Alavancagem de Basileia III.	14,23